

SESSÕES DO PLENÁRIO

18ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 29 de junho de 2022. Sessão realizada de forma mista (presencial e virtual).

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora marcada, 13 horas, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Bira Corôa, Bobô, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Júnior Muniz, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Laerte do Vando, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto e Zé Raimundo Lula. (35)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária com o objetivo de apreciar a seguinte matéria: Projeto de Lei Complementar nº 145/2022, de procedência do Poder Executivo, que altera a Lei Complementar nº 34, de 6 de fevereiro de 2009, e dá outras providências.

Srs. Deputados, este projeto de lei complementar trata das adaptações organizacionais que se afiguram necessárias no âmbito da Procuradoria do estado. É mais, vamos dizer assim, um projeto de adaptação burocrática.

Não há expediente a ser anunciado.

Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente.

Não há orador inscrito.

Com a palavra o representante do Psol para falar ou indicar o orador pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. Hilton Coelho: Falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho. Este Hilton Coelho é assíduo. Eu já ia dizer que não há orador inscrito.

O Sr. HILTON COELHO: Vou botar o meu cordão da resistência, porque ele é assíduo também.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Hilton.

Depois, ele dá presença. Pode ir.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, ocupamos esta tribuna nesta tarde tão importante em que nós vamos discutir este projeto muito significativo para uma categoria importantíssima do nosso estado.

Mas nós queríamos marcar o nosso veemente protesto em relação ao comportamento do prefeito Bruno Reis, no que se refere aos servidores da prefeitura.

Vejam o que aconteceu. Todos nós estávamos acompanhando um conjunto de mobilizações sendo feitas na cidade de Salvador, tanto por parte de técnicos da prefeitura como de trabalhadores nas áreas de educação e da saúde; os guardas municipais e os salvavidas. Enfim, havia toda uma grande mobilização para mostrar à sociedade soteropolitana o que tem sido a prioridade desta prefeitura, especialmente a postura desrespeitosa em relação a um conjunto de leis relacionadas ao piso e à carreira desses trabalhadores.

Este ciclo de mobilização, de alguma forma, ainda continua. No entanto, antes, ele passou por um conjunto de mesas de negociação. Houve o compromisso do prefeito Bruno Reis em não fazer corte de ponto.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Ora, quando um movimento estabelece esse conjunto de pactos, deputada Olívia, em relação às suas demandas, o que ele recebe no momento posterior é corte de salário de maneira generalizada, uma manipulação em relação à remuneração de diversas categorias.

E, aí, a categoria das educadoras e educadores do município teve os seus contracheques, a meu ver, manipulados pelo prefeito Bruno Reis. Incluem-se as áreas de saúde, os agentes de saúde comunitária, que tinham feito um acordo com a prefeitura...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) tiveram seus salários cortados. Da mesma forma, as assistentes sociais e os assistentes sociais do município de Salvador tiveram corte de ponto por ter participado de assembleia.

A nossa pergunta é: a ditadura que Bolsonaro intencionava implementar no Brasil vai se estabelecer na cidade de Salvador, presidente, tendo como vanguarda o prefeito Bruno Reis? E há a segunda pergunta. É este o projeto que vocês têm para a Bahia sob a condução do ex-prefeito ACM Neto?

É esta postura, a meu ver, completamente indigna com o funcionalismo e, nesse sentido, sem responsabilidade com a população, porque, sem máquina pública, não tem garantia de direito nenhum, não tem saúde, não tem educação, não tem justiça, não tem nada.

É este o projeto de massacre dos servidores públicos que o ex-prefeito ACM Neto quer implementar no estado da Bahia.

Então, prefeito Bruno Reis, está na hora de ter vergonha!

Se se fez acordo em mesa de negociação, esse tem de ser cumprido. Pague os salários! Pague a remuneração no conjunto desses servidores e servidoras que só lutavam para serem respeitados! Nada foi fora da lei! Só houve busca de reposição das perdas que estavam garantidas em lei. E, ao meu ver, de maneira vil e pérfida, essas garantias estão sendo desrespeitadas pelo prefeito Bruno Reis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Obrigado, deputado Hilton.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao líder do Governo...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não há orador, por acordo, em nenhum dos tempos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.!

Então, no tempo final, o deputado Alan quer falar por 3 minutos.

Com a palavra o deputado Alan, que exerce o cargo de líder em exercício.

O Sr. ALAN SANCHES: Cumprimento o Sr. Presidente e os deputados presentes.

Primeiro, deputado Hilton, V. Ex.^a sempre trazendo para o debate a defesa dos servidores de forma extremamente inteligente. V. Ex.^a sabe o apreço que eu tenho ao seu mandato, inclusive.

Mas se existem uma prefeitura e uma Secretaria Municipal de Gestão que sabem tratar muito bem os seus servidores, é a nossa prefeitura de Salvador. Eu acho que se está tendo algum tipo de ruído na comunicação, isso tudo é tranquilamente ajustável. E, se V. Ex.^a precisar de alguma intermediação, tenha certeza de que a gente pode fazer este bate-bola.

Mas, Sr. Presidente, o que eu queria chamar a atenção é o desespero do governo do estado. Agora, existe um perfil, no governo do estado, que chama “*Saúde Bahia*”, que é da Sesab. Se V. Ex.^{as} abrirem o “*Saúde Bahia*” (saude.gov.ba), eles criam alguns factoides, ou seja, eles burlaram, eles fugiram da obrigação deles, que era para fazer o convênio das policlínicas com Salvador, as duas policlínicas, e tentaram absorver toda essa demanda, dizendo que Salvador não estava cumprindo com isso e com aquilo, o que realmente foi uma falácia.

E o que acontece? Eles estão aproveitando agora que abriram as policlínicas, há mais ou menos 15 dias, e criam questionamentos e perguntas de cidadãos verdadeiros e outros cidadãos *fakes*, fazendo perguntas direcionadas sobre as consultas, como se fazem as consultas e etc.

Então, V. Ex.^a, presidente Adolfo, veja bem, olha o tipo de pergunta: “Já tentei. Sem disponibilidade para consulta. Para poder marcar na policlínica de Salvador, que é gerida pelo governo do estado.” Aí diz: “A agenda está superconcorrida.” É mentira! Isso é mentira. Não tem outra palavra para falar. Isso é mentira! E o motivo é simples: “a Prefeitura de Salvador tem uma das menores coberturas”. Outra mentira! Isso é uma falácia! Eles têm que trazer os dados da atenção básica.

Isso já foi debatido e discutido. Hoje, oficialmente, se não me falha a memória, chega-se a 62% de cobertura da atenção básica, uma das maiores coberturas do nosso Brasil.

Inclusive, o Partido dos Trabalhadores, do deputado Rosemberg, quando esteve à prefeitura, à época do deputado e prefeito João Henrique, foi o PT quem geriu, à época, fez a gestão plena da saúde...

O Sr Rosemberg Lula Pinto: João Henrique não é do PT, não.

O Sr. ALAN SANCHES: Foi. V. Ex.^a tem de me deixar terminar o raciocínio e V. Ex.^a vai compreender.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

João Henrique era PDT, mas a Secretaria de Saúde foi do PT, com Luiz Eugênio, e acabou havendo a morte daquele servidor. Pronto. Foi o PT. E o PT entregou a gestão depois de 8 anos com 18%, 18% de cobertura! Falar que a prefeitura atual não fez o seu dever de casa é uma falácia isso, com mais de 60% de cobertura. Se não me falha a memória, a cobertura hoje é de 62%. Agora o que não pode é um perfil oficial...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do governo do estado estar sendo utilizado para criticar o nosso futuro governador Antônio Carlos Magalhães Neto. Eu quero registrar isso porque não pode acontecer. Utilizar de uma forma vil um perfil oficial para criticar um adversário como o governo do estado está fazendo através desse perfil “Saúde Bahia”.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia Santana pelo tempo de 3 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados, deputadas, servidores desta Casa, eu venho a esta tribuna para registrar, presidente, e clamar por justiça. Nós tivemos pela manhã uma grande manifestação na frente do Fórum Rui Barbosa exigindo justiça para o caso Paulo Colombiano e Catarina Galindo, que foram brutalmente assassinados em 2010, na data de 29 de junho. Eu me dirigia, naquele momento, a São Sebastião do Passé quando recebi o telefonema me informando daquele brutal assassinato. A Polícia Civil fez um excelente trabalho de investigação. Era ainda o governo Jaques Wagner. Conseguiu-se identificar os mandantes, conseguiu-se identificar os executores do crime. Paulo Colombiano, sindicalista, militante do PCdoB, do meu partido. E Catarina Galindo, militante também do nosso partido, esposa de Colombiano, faleceu, morreu, foi morta com vários tiros. Execução! Porque ela estava ao lado dele naquele momento, deputado Hilton. Foram executados como foi Marielle Franco. Esse crime não pode continuar impune! Todo mundo sabe quem são os mandantes. Passeiam na Baía de Todos-os-Santos de *jet ski*. Estão curtindo a vida, os criminosos fazendo churrasco. Então, não é possível que o Judiciário baiano continue fazendo vistas grossas para esse crime. Nós exigimos justiça! Dona Santa Galindo, a mãe de Catarina, até hoje é uma mulher destruída porque continua não só com a dor da perda da sua filha, mas também com a dor da impunidade. São 12 anos! Não há mais por que o Judiciário protelar esse julgamento e deixar esses criminosos livres para cometer, inclusive, outros crimes. Então, fica aqui o nosso protesto e a nossa solidariedade a Geraldo Galindo, a dona Santa, a Nanci,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) a toda a família e aos filhos, que Catarina e Paulo deixaram. Quero dizer que nós temos compromisso com a pauta da vida e da justiça.

Fica aqui, portanto, o nosso protesto e me associo nesse momento também, presidente, a esse projeto importante para a Procuradoria Geral do Estado, a PGE. Dr. Paulo Moreno está também monitorando esse processo...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) porque é muito importante votarmos esse PL para fazer esse ajuste na remuneração dos nossos procuradores, na percepção dos salários dessas pessoas, principalmente aquelas e aqueles que são do interior.

Muito obrigada, presidente, em nome do PCdoB.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputada.

(Não foi revisto pela oradora.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

(Lê) *“Projeto de Lei Complementar nº 145/2022, do Poder Executivo, que ‘altera a Lei Complementar nº 34, de 06 de fevereiro de 2009, e dá outras providências’.”*

Para relatar o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: (Lê) *“Parecer*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei Complementar nº 145/2022, o qual ‘Altera a Lei Complementar nº 34, de 06 de fevereiro de 2009, e dá outras providências.’

O projeto que ora venho relatar, de autoria do Poder Executivo, destina-se a promover alterações na Lei Complementar nº 34/2009, de modo a promover ‘adaptações organizacionais que se afiguram necessárias no âmbito da Procuradoria Geral do Estado’, conforme registra o Sr. Governador na Mensagem que acompanha a proposição.

Com a medida, será restabelecido o percentual máximo da Gratificação Especial de Desempenho atribuída ao Procurador do Estado vigente entre 1º de fevereiro e 31 de dezembro de 2009, da ordem de 56,52% sobre o vencimento básico.

A proposição não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de não existirem restrições quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo, cabendo ressaltar que sua aprovação nesta sessão foi tornada possível em virtude de Acordo entre as Lideranças das Bancadas da Maioria e da Minoria na Assembleia, para dispensa das formalidades regimentais.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2022.”

Conforme previsto no art. 79 da Constituição Estadual, solicito que, na tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 145/2022, observe-se o regime natural.

E quero agradecer desde já pelo acordo ao deputado Alan, que dispensou as formalidades. O Projeto de Lei Complementar nº 145/2022 está dentro da sua regularidade, não há nenhuma emenda e opto pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o Projeto de Lei Complementar nº 145/2022, de procedência do Poder Executivo, que altera a Lei Complementar nº 34, de 06 de fevereiro de 2009, e dá outras providências.

Em votação, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 145/2022 **em discussão única**.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 145/2022

Altera a Lei Complementar nº 34, de 06 de fevereiro de 2009, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O art. 85 da Lei Complementar nº 34, de 06 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 85 -

.....

IV - em 1º de junho de 2022, fica restabelecido o percentual indicado no inciso I do *caput* deste artigo.

§ 1º - Revogado.

§ 2º -

§ 3º - Revogado.” (NR)

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às alterações orçamentárias que se fizerem necessárias em decorrência desta Lei Complementar.

Art. 3º - Ficam revogados os §§ 1º e 3º, ambos do art. 85 da Lei Complementar nº 34, de 06 de fevereiro de 2009.

Art. 4º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Gostaria de agradecer a unanimidade. Gostaria de agradecer aos líderes da Situação e da Oposição. Em virtude do tempo, esse projeto teria de ser votado logo. Por isso um pouco de pressa, porque só poderia ser votado esta semana. Um projeto que apenas faz readequações no quadro de procuradores do estado da Bahia.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Portanto, aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 145/2022 por unanimidade.

Pela ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, primeiro, eu ouvi na imprensa ontem e o senhor já havia nos informado de que nós não teremos...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Recesso.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) recesso neste período. Então, eu queria ratificar as palavras de V. Ex.^a no sentido de buscar um entendimento com os líderes da Oposição para que a gente possa, no decorrer desta semana, buscar algum entendimento no sentido de aprovar aqueles projetos que são consensuais e de interesse da sociedade baiana.

Tinha pedido, inclusive, ao deputado Alan, mas ele disse que quer fazer uma análise melhor com relação à prorrogação dos decretos, porque os decretos foram aprovados por esta Casa até o dia 28 de junho, e eu tinha feito a proposição, por acordo, de renová-los até o dia 31 de julho, para dar, obviamente, segurança jurídica a todos, aos diversos municípios. Mas, deputado Alan, que já foi generoso – certo? – na dispensa das... Generoso, no hábito de dizer, mas foi...

O Sr. Alan Sanches: Consciencioso.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Teve o bom senso de entender a questão do projeto de iniciativa da Procuradoria Geral do Estado... Se ainda houver a possibilidade de a gente fazer esse consenso pela renovação de todos eles, exceto Antônio Cardoso, que pediu, que só queria até o mês de maio... Mas todos os outros já têm pedidos, na Casa, de renovação.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, querido deputado Rosemberg, as disputas, aqui, sempre são na base das ideias, V. Ex.^a sabe disso. Por isso que, sempre que é possível e que acreditamos que é o melhor para nossa população, a gente entende e faz esse consenso.

Com relação aos outros decretos, a Bancada da Oposição não foi procurada até hoje, até este momento, nós nem tínhamos esse conhecimento. Nós temos diversos deputados que estão em viagem, porque não estava programada esta sessão, foi programada, feita a convocação ontem, e, com isso, nós não tivemos condição de conversar com os demais colegas. Dessa forma, eu não me sinto confortável em tomar a decisão sem a participação

de todos os nossos pares, que são em torno de 30 deputados. Então, vamos deixar para depois essa avaliação.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Alan.

Eu queria agradecer a todo o conjunto da Casa, a todos os deputados que estão de forma virtual ou de forma presencial, que durante a pandemia, depois da pandemia... apesar de já estarmos perdendo, aí, mais de 200 irmãos e irmãs por causa da Covid, que continua... Olha o som, por favor.

Graças a Deus e à ciência, com as vacinas, muita gente está pegando a Covid novamente, ou pela primeira vez, ou já pela segunda vez, mas aqueles que foram vacinados não estão com a situação se agravando. Nós não podemos facilitar porque ainda tem um número muito elevado, aqui, na Bahia, de pessoas que não completaram o ciclo vacinal.

Eu queria agradecer, mais uma vez, a todos os colegas deputados que nunca faltaram com a Bahia, mesmo com cada um, cada grupo, defendendo o seu lado político, defendendo as suas ideias, não faltaram, em nenhuma hora, com a Bahia, e nós continuamos fazendo o nosso papel. Claro, na medida em que se aproximam as eleições, passa a existir um tensionamento maior, o que é comum no Parlamento, mas o importante é que todos, aqui, fazem o seu papel, como hoje, nesta tarde.

Então, de forma consensual, por meio dos líderes Sandro Régis, representado, hoje, pelo deputado Alan, e Rosemberg Pinto, nós votamos, aqui, com essa celeridade.

Não vai haver recesso, vamos continuar sem prejuízo para ninguém, para os que continuam, pelos diversos municípios dessa grande Bahia, fazendo as suas campanhas. Vamos continuar, se for necessário, votando como nós sempre fizemos.

Meu muito obrigado, mais uma vez, a todos os colegas que compõe esta Casa e a todos aqui desta casa. Então, nada mais havendo...

O Sr. Zé Raimundo Lula: Pela ordem, Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) declaro encerrada a presente sessão.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Pela ordem, Sr. Presidente! Pela ordem Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não consegui ouvir aqui, desculpe. De forma virtual, com a palavra o deputado professor Zé Raimundo. Pois não, professor.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Pois não, Sr. Presidente. Muito obrigado pela oportunidade. É muito breve, Sr. Presidente.

Dentro desse calendário do mês de julho que estaremos trabalhando, eu gostaria que V. Ex.^a, junto com os dois líderes, examinasse os projetos de divisão territorial da Bahia. Alguns municípios estão com algumas pendências. Esses projetos já foram acordados, estão na comissão territorial, e o IBGE, Sr. Presidente, tem o prazo até o mês de agosto, até 31 de agosto, para poder incluir essas novas fronteiras dos municípios no censo que vai ocorrer.

V. Ex.^a sabe que alguns municípios perderam território e perderam população, então gostaria de fazer um apelo ao meu líder Rosemberg Pinto. Inclusive, enviei para ele a solicitação do município de Piripá, que está pedindo que se aprove esses novos marcos dos limites territoriais, que são do interesse de todos. Então, gostaria que V. Ex.^a, junto com os líderes, pudesse encaminhar essa proposta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom São Pedro para todos e bom Dois de Julho também.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Olha, deputado Zé Raimundo, assim que V. Ex.^a encaminhou a solicitação, eu liguei para o deputado Tiago Correia, que é da região Sudoeste, e ele me disse que não teria nenhum problema de dispensar as formalidades para votar isso. Liguei para o presidente e para Osni Cardoso, que é quem tem cuidado dessas questões, e ele me retornou ainda ontem dizendo que não tinha nenhum projeto pronto acordado.

Então eu não poderia – nem eu, nem o deputado Tiago – dispensar as formalidades. Eu estou falando de Tiago porque foi com quem eu tratei ontem, ou antes de ontem. Eu não poderia fazer isso.

Ainda ontem, o deputado Tiago ficou o dia inteiro aguardando o projeto que eu mandei, o projeto da PGE, e aguardando o projeto que vinha da comissão de divisão territorial. Eu tive o cuidado de ligar para o deputado Osni, e ele me informou que não havia projeto em condição de vir para o Plenário.

O que V. Ex.^a me informou é que já havia um acordo com todos os prefeitos, que estava tudo pronto, que era só votar. Mas como há essa sensatez, tanto da liderança da Minoria quanto da Maioria, nesse caso específico, quero pedir a V. Ex.^a, que é um dos deputados interessados, para agilizar e a gente, da mesma maneira que fizemos esta sessão extraordinária aqui, poderá fazer outra, obviamente que com a anuência do presidente, uma vez que, realmente, tem implicação com o IBGE e pode haver prejuízo para alguns municípios, a exemplo do que aconteceu há 2 anos aqui, na Casa, quando deixamos de votar.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Tranquilo, líder.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Mas a culpa não cabe nem à liderança da Maioria e nem à liderança da Minoria nessa questão específica.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Srs. Deputados, então, cabe a este presidente. Depois, esta é uma Casa do acordo e do diálogo. Pela Presidência, não há problema algum.

Aproveitando essa questão de divisão territorial, esta semana eu fui criticado em diversos sites de uma região porque a comissão gostaria... solicitou que a Assembleia bancasse o estudo de emancipação. Isso não cabe a Assembleia e esse presidente não fará absolutamente nada fora da lei para agradar a ninguém, porque, depois, quem terá problemas futuros serei eu. Então, não vejo problema em me criticar quando tenho a consciência de que agi corretamente.

Nada mais havendo, declaro encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Antônio Henrique Júnior, Capitão Alden, Carlos Ubaldino, Dal, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Fabíola Mansur, Fátima Nunes Lula, Josafá Marinho, José de Arimateia, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Leo Prates, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto,

Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Mirela Macedo, Robinho, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim e Zó. (28)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.